

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR TIKUNA

DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES AO MUNICÍPIO DE TABATINGA



FIAN
BRASIL

COLEÇÃO *Equidade e saúde nos sistemas alimentares* | *Pnae indígena*



FIAN Brasil
Gestão 2021-2024

Conselho Diretor

Diretor presidente: Enéias da Rosa
Vice-presidente: Norma Alberto
Diretora financeira: Sonia Costa
Diretora de Articulação: Miriam Balestro
Diretor de Formação: Lucas Prates

Conselho Fiscal

Titulares: Delzi Castro e Suemelberne Alves de Lucena
Suplente: Célia Varela Bezerra

Coordenação Colegiada

Nayara Côrtes Rocha (secretária-geral)
Mariana Santarelli
Arlãn Monção

Secretaria Executiva

Assessor de Direitos Humanos: Adelar Cupsinski
Assessora de Políticas Públicas: Gabriele Carvalho
Assessor de Advocacy: Pedro Vasconcelos Rocha
Assessores de Comunicação: Pedro Biondi e Sílvia Sousa
Assessora técnica financeira: Josiane Antunes

FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas

Endereço: SCLN 413, Bloco A, Salas 219/220, Asa Norte, Brasília– DF.
Telefone: (61) 3224-0454
E-mail: fian@fianbrasil.org.br
Site: fianbrasil.org.br



*COLEÇÃO Equidade e saúde nos sistemas alimentares
Pnae indígena*

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR TIKUNA

DIAGNÓSTICO E
RECOMENDAÇÕES
AO MUNICÍPIO DE
TABATINGA



FIAN
BRASIL

Abril 2023

Alimentação escolar tikuna: diagnóstico e recomendações ao município de Tabatinga é uma iniciativa da FIAN Brasil realizada com apoio de Global Health Advocacy Incubator (GHA).

Coordenação de trabalho de campo

Gabriele Carvalho e Mariana Santarelli

Texto

Mariana Santarelli, Gabriele Carvalho e
Mislene Mendes Ticuna

Produção editorial

Pedro Biondi

Copidesque

Ivna Feitosa

Revisão final

Equipe FIAN

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações

Patrícia Nardini

Fotos (capa e internas)

Marcelo Coutinho/Arq. FIAN Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santarelli, Mariana

Alimentação escolar tikuna [livro eletrônico] : diagnóstico e recomendações ao município de Tabatinga / Mariana Santarelli, Gabriele Carvalho, Mislene Mendes Ticuna ; ilustração Patrícia Nardini. -- 1. ed. -- Brasília, DF : FIAN Brasil, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-88708-26-2

1. Alimentação escolar 2. Amazonas (Estado) - História 3. Cultura indígena 4. Povos indígenas (Ticunas) - Cultura 5. Povos indígenas (Ticunas) - Usos e costumes 6. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - Amazonas I. Carvalho, Gabriele. II. Ticuna, Mislene Mendes. III. Nardini, Patrícia. IV. Título.

23-153238

CDD-371.716098113

Índices para catálogo sistemático:

1. Povos indígenas : Ticunas : Amazonas : Alimentação escolar :
Orientação nutricional 371.716098113

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	5
INTRODUÇÃO	7
1. MARCOS LEGAIS E DIRETRIZES QUE ORIENTAM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA . . .	9
2. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE TABATINGA	15
3. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BELÉM DO SOLIMÕES	19
4. COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR INDÍGENA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO MAPANA.	31
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	41
REFERÊNCIAS	55
O PNAE EM FATOS E NÚMEROS	58
SISTEMAS ALIMENTARES E DESIGUALDADES EM FOCO.	62



LISTA DE SIGLAS

Amit	Associação de Mulheres Indígenas Tikuna
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
Catrapoa	. . .	Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas
Cecane	. . .	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CGTT	Conselho Geral da Tribo Tikuna
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Dhana	Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas
DSEI	Distrito sanitário especial indígena
EJA	Educação de jovens e adultos
EMI	Escola municipal indígena
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Idam	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
MPF	Ministério Público Federal
NT	Nota técnica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Seduc	Secretaria de Estado de Educação
Semed	Secretaria Municipal de Educação
Ufam	Universidade Federal do Amazonas



INTRODUÇÃO

A adequação da alimentação escolar em terras e escolas indígenas é um dos grandes desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que tem como importante diretriz o respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis, bem como a prioridade que deve ser dada às compras de alimentos produzidos por agricultoras e agricultores indígenas. Com o objetivo de contribuir com a regionalização da alimentação escolar indígena, especialmente em municípios onde estão os povos Tikuna, a **FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas** desenvolve o projeto “**Equidade e saúde nos sistemas alimentares: aquisição de alimentos saudáveis para escolas e outros ambientes**”.

Este estudo visa se somar aos esforços empreendidos pela Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa) e pela Mesa Permanente de Diálogo Catrapovos Brasil. Ambas têm o objetivo de fomentar as compras institucionais de alimentos diretamente desses povos e comunidades.

O presente documento é um diagnóstico, seguido de recomendações, que resulta de nossa visita à sede do município de Tabatinga, no estado do Ama-

zonas, e à comunidade indígena de Belém do Solimões, parte da Terra Indígena Eware 1. O trabalho de campo ocorreu entre os dias 15 e 20 de agosto de 2022. Na ocasião foram realizadas nove entrevistas, com: gestores da Secretaria Municipal de Educação (Semed); do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam); e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), além de gestores e cozinheiras das escolas municipais de Belém do Solimões. Foram também realizadas duas rodas de conversa com agricultoras e agricultores indígenas da Associação Mapana e professoras e professores da escola da aldeia.

Apresentamos, a seguir, os principais marcos legais e diretrizes que orientam a alimentação escolar indígena e que serviram como referenciais para as análises e recomendações feitas. Esperamos, com este diagnóstico, contribuir para o aperfeiçoamento do Pnae no município de Tabatinga e no contexto amazônico, visando à promoção de uma alimentação adequada e saudável no ambiente das escolas indígenas.



1. MARCOS LEGAIS E DIRETRIZES QUE ORIENTAM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), gerido pela Lei 11.947/2009 e orientado pelo *Guia Alimentar para a População Brasileira*, tem como diretriz a oferta de alimentação aos estudantes que, para além de saudável, deve respeitar os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar dos povos. Além disso, o Pnae se propõe a apoiar o desenvolvimento sustentável, com incentivos à compra de alimentos produzidos localmente pela agricultura familiar, com prioridade para comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.



DETERMINAÇÕES LEGAIS IMPORTANTES PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA


LEI 11.947/2009

Art. 2. São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que **respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis**, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.


Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, **respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região**, na alimentação saudável e adequada.



Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, **priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.**

RESOLUÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) 6/2020

Art.17. § 3º Os cardápios devem atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas.



Muitos aspectos do desenho institucional do programa favorecem a perspectiva de uma alimentação escolar indígena, porém o que se observa na prática é que a alimentação escolar oferecida na maior parte das escolas indígenas ainda é escassa, culturalmente inadequada e baseada em alimentos industrializados e produtos alimentícios ultraprocessados¹. Levantamentos feitos no Amazonas pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) indicam que os governos gastam mais com transporte e armazenagem do que com aquisição dos alimentos levados às aldeias, enquanto a produção local deixa de ser aproveitada na alimentação escolar (MAPA, 2020). Dentre os principais entraves

¹ São produtos feitos pelas indústrias de alimentos que usam parcial ou totalmente substâncias retiradas e derivadas de óleos, gorduras (hidrogenadas), açúcares, amido (invertido) e proteínas. Muitas vezes, apresentam em sua formulação substâncias produzidas em laboratório a partir de petróleo e carvão, como, por exemplo, os corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos, a fim de tornar os produtos mais atrativos (MS, 2014).

para a viabilização das compras diretas de agricultores familiares indígenas, estão dificuldades relativas à emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)², recentemente convertida em Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)³, e de outros documentos necessários para a comercialização, além da ausência de mecanismos da legislação sanitária brasileira que contemplem as formas tradicionais de produção e consumo (MAPA, 2020). Há também, por um lado, uma barreira de desconhecimento e omissão por parte de gestores públicos quanto ao cumprimento das diretrizes e prioridades estabelecidas em lei e, por outro, o desconhecimento dos povos indígenas e tradicionais quanto a seu direito de acesso aos mecanismos de compras públicas.

Com o objetivo de enfrentar esses entraves, foi criada, em 2021, a Mesa Permanente de Diálogo Catrapovos Brasil, no âmbito da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª CCR) do MPF. A iniciativa, voltada para o contexto nacional, foi inspirada na experiência exitosa da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa), que iniciou seus trabalhos em 2016 após visita às terras yanomami e a constatação de que a alimentação escolar naquela região era inadequada e descontextualizada. A principal inovação apresentada por essa rede foi a publicação da Nota Técnica (NT) 3/2020/6ªCCR/MPF⁴, que reconhece a alimentação escolar como parte das estratégias de produção, autoconsumo e de controle alimentar inseridos dentro da cultura dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Na prática, o que a NT 3/2020 possibilita é a dispensa de registro, inspeção e fiscalização dos alimentos produzidos nas aldeias para comercialização às escolas.

2 Pronaf é sigla para Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

3 O CAF, antiga DAP, é o requisito básico para o/a agricultor(a) familiar e para o/a empreendedor(a) familiar rural, bem como qualquer de suas formas associativas de organização da agricultura familiar (CAF jurídico), acessarem as diversas políticas públicas voltadas para o incentivo e a geração de renda da agricultura familiar.

4 A NT 3/2020/6ªCCR/MPF foi inspirada na NT 1/2017/Adaf/SFA-AM/MPF-AM, voltada especialmente para o estado do Amazonas. A NT 3 ampliou a abrangência das recomendações da NT 1 para todo o território nacional.

EM SÍNTESE, O QUE DIZEM AS NTS 1/2017 E 3/2020?

- A alimentação dos povos e comunidades tradicionais deve ser valorizada e respeitada pelas instituições sanitárias brasileiras por um imperativo constitucional.
- Os alimentos produzidos pelas populações tradicionais, à semelhança daqueles destinados ao consumo familiar, são dispensados de registro, inspeção e fiscalização, com base na legislação vigente.
- A compatibilização das práticas sanitárias com a produção dos povos e comunidades tradicionais permite sua participação em processos de licitação.
- Subsiste em qualquer hipótese o dever jurídico de produtores e distribuidores, povos e comunidades tradicionais de garantir a higidez sanitária dos alimentos.

A partir dessas diretrizes, começaram a acontecer no país, especialmente no estado do Amazonas, chamadas públicas diferenciadas, lançadas especificamente para a compra direta de agricultores familiares indígenas e/ou de povos e comunidades tradicionais, com a inclusão de alimentos tradicionais como a farinha de mandioca, a tapioca, o beiju, polpas de frutas e peixe “moqueado”.

Como se vê, foram muitos os avanços do ponto de vista dos marcos legais, mas há ainda um longo caminho para que a cultura alimentar indígena e seus sistemas alimentares sejam respeitados e promovidos a partir da alimentação escolar.



2. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE TABATINGA

Tabatinga é um município localizado no estado do Amazonas, com uma população estimada em 68.502 habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021. No município há um total de 61 escolas públicas de ensino médio e fundamental, com aproximadamente 17.000 estudantes matriculados. Destas, 31 são escolas indígenas.

A alimentação escolar é gerida pela Secretaria Municipal de Educação (Semed), que tem em sua equipe duas nutricionistas concursadas e duas técnicas nutricionistas contratadas, exclusivamente dedicadas à alimentação escolar. A prefeitura de Tabatinga não destina recursos próprios para a compra de alimentos, sendo o orçamento restrito ao que é transferido pelo FNDE. Dos recursos financeiros totais transferidos pelo fundo nacional, 53% devem ser destinados à alimentação escolar indígena. Representantes da Secretaria de Educação alegam que a contrapartida financeira do município é investida na logística da alimentação escolar, em especial no transporte fluvial para entrega dos alimentos nas aldeias.



QUADRO: RECURSOS DESTINADOS À COMPRA DE ALIMENTOS PARA O PNAE (TABATINGA, EM 2022)

ORÇAMENTO FEDERAL	ORÇAMENTO MUNICIPAL	ORÇAMENTO TOTAL	PARCELA DESTINADA AO PNAE INDÍGENA (FNDE)
R\$ 1.786.384	R\$ 0	R\$ 1.786.384	R\$ 949.374

Fonte: sistematização a partir do Portal FNDE.

As nutricionistas têm buscado cumprir com as diretrizes nutricionais determinadas na Resolução FNDE 6/2020. Nos últimos anos, foram retirados alimentos e produtos alimentícios como o charque, a calabresa, achocolatados, farinhas lácteas e de aveia, além de ter sido significativamente reduzida a oferta de biscoitos e de açúcar. Porém, seis pequenas escolas indígenas que não contam com energia elétrica ainda recebem proteína enlatada. O aumento da oferta de alimentos *in natura* e minimamente processados, tal qual preconizado na resolução, encontra obstáculos, sobretudo em função das restrições financeiras.

“ *O cardápio a gente trabalha conforme a legislação, a gente tenta seguir. Até porque tem muita coisa que não se consegue alcançar em vista do recurso. São metas bem ousadas, de gramaturas de nutrientes e tudo mais, mas pelo menos o básico da questão, de tirar industrializado, de servir de fato preparações regionais, a gente tem conseguido alcançar em virtude do sucesso das chamadas públicas.* ”

Nutricionista

Dada a complexidade e o alto custo operacional da alimentação escolar na região amazônica, somada à crescente inflação do preço dos alimentos, o subfinanciamento é um dos principais problemas enfrentados.

“ Desde a pandemia, todos os anos os fornecedores da licitação, quando chega no meio do processo, pedem ajuste de preço. Antes era só uma vez por ano que o preço crescia, agora é mais de uma vez ao ano que o preço cresce e aí o nosso poder de aquisição diminui bastante. ”

Nutricionista

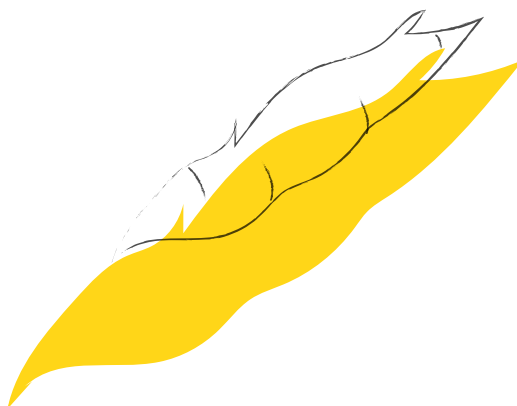
O aumento dos preços e os reajustes nos contratos com empresas que fornecem alimentos não perecíveis e congelados via processos licitatórios têm como consequência a redução do orçamento destinado à aquisição de alimentos frescos por meio das chamadas públicas da agricultura familiar. Observa-se que o percentual dos recursos transferidos pelo FNDE destinado pela prefeitura à aquisição direta da agricultura familiar caiu de 51% em 2018 para 31% em 2022. Para os estudantes, as consequências são menos comida saudável no prato e, como se verá mais adiante, ausência completa de alimentos durante vários dias letivos nas escolas indígenas.

“ Chega muita demanda do gestor [das escolas indígenas] pedindo um pouco mais de merenda: ‘A merenda da minha escola, acho que não vai dar, porque os alunos querem repetir, dizem que estão com fome e a gente serve’. E acaba que eles usam os itens mais rápido do que está planejado. Eles vêm até aqui. ”

Nutricionista

A aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar no município de Tabatinga teve início em 2016, depois de vários editais de chamada pública terem sido abertos sem que houvesse resposta devido à falta de divulgação e mobilização prévia junto aos agricultores e agricultoras familiares. A primeira associação a fornecer para o Pnae foi a Associação de Mulheres Indígenas – Mapana. Ao longo dos anos, foram se somando outros agricultores individuais, até que em 2022 forneciam ao programa, além da entidade, 32 agricultores da comunidade indígena de Umariáçu, bem como 13 agricultores familiares não indígenas.

Não foi possível entrevistar membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Não há participação ativa da sociedade civil e dos povos indígenas no CAE. As entrevistas com outros atores dão a entender que no município de Tabatinga as diretrizes de controle social são cumpridas de forma protocolar.



3. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BELÉM DO SOLIMÕES

3.1. Transição e segurança alimentar e nutricional

A aldeia de Belém do Solimões está localizada na região do Alto Solimões, que concentra um total de 270 aldeias, a maioria delas dentro de 27 terras indígenas homologadas, com uma população em que predomina a etnia Tikuna (Magüta). A comunidade, onde vivem 5.395 pessoas, é parte da Terra Indígena Eware 1. Trata-se da maior aldeia indígena do país, segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Alto Rio Solimões.

Belém do Solimões dista, em linha reta, 11,5 quilômetros (km) da sede do município de Tabatinga, um percurso de barco que pode levar de uma hora e meia a mais de cinco horas, a depender do tipo de embarcação, o que se coloca como um desafio do ponto de vista da logística da alimentação escolar – uma realidade que não se difere da grande maioria das escolas indígenas da região amazônica. Possui uma infraestrutura de ruas, algumas asfaltadas e calçadas, e energia elétrica fornecida por uma usina localizada na aldeia. Saneamento básico e abastecimento regular de água potável são ainda desafios, inclusive

nas escolas onde falta água regularmente. Algumas famílias ainda bebem água proveniente da chuva ou diretamente do Rio Solimões sem tratamento algum, sendo o acesso à saneamento bastante precário para a maioria dos moradores. Predomina na aldeia a língua Tikuna, de tronco linguístico isolado.

Várias mudanças no contexto cultural e social acompanharam a história dos Tikuna desde os primeiros contatos, resignificando suas próprias maneiras de “ser indígena” como parte de um intenso processo de transformação de dinâmicas socioculturais. Os primeiros contatos desse povo com pessoas não indígenas remontam ao século 17, quando passaram a sofrer influências externas em costumes e hábitos alimentares, sem que perdessem sua identidade até os dias atuais. Importa analisar o contexto atual e as transições alimentares em curso na aldeia de Belém do Solimões, e entre os povos indígenas de maneira geral, sem uma visão estática sobre a cultura, limitada àquilo que é considerado como tradicional e a uma visão essencialista sobre o indígena original, enclausurada e presa a uma determinada forma de ser e comer. Ao observar o cenário da aldeia, compreendido como espaço de ação e resignificações onde são criados e recriados sistemas de valores, não se pode radicalizar a visão de simples imposição cultural dos não indígenas sobre os Tikuna. Deve-se, sobretudo, olhar para as relações dialógicas e transições alimentares em permanente transformação.



Na comunidade de Belém do Solimões, observa-se acelerado processo de transição alimentar e de inclusão de produtos ultraprocessados de origem brasileira e peruana na dieta das famílias, o que está relacionado ao aumento da renda advinda de benefícios da previdência social e programas de transferências de renda. Nos pequenos mercados da aldeia, há oferta de alimentos e produtos alimentícios como sal, açúcar, óleo, frango congelado, embutidos, enlatados, biscoitos, salgadinhos, macarrão instantâneo, margarina, temperos, sucos artificiais, leite em pó e refrigerantes.

“ *O indígena, hoje, principalmente nas aldeias onde tem oferta nos comércios de enlatados, embutidos, salgadinhos, está mudando sua alimentação. Eu faço uma comparação, por exemplo, ao Vale do Javari⁵, lá, o sal é mínimo e a alimentação é muito saudável, muito mesmo. E a gente faz uma comparação na pressão arterial. Por exemplo, a pressão arterial do indígena lá é 9, no máximo 10; e aqui já é 12 ou 13, tudo por conta da alimentação. Lá eles comem muito cozido, assado, e aqui não, já é muito frito, fritura, gostam muito de frango, calabresa e salsicha. A introdução do refrigerante, o indígena daqui gosta muito, e isso acaba que reflete na questão da saúde, no caso, a hipertensão e a diabetes.* ”

Enfermeiro e coordenador do Polo Base Belém do Solimões



5 A Terra Indígena Vale do Javari está localizada no oeste do estado do Amazonas, sendo habitada por diferentes povos indígenas, como os Marubo, Matsé, Mati, Kanamari e Kulina. É a região que apresenta a maior densidade de povos indígenas isolados no mundo.

Segundo relato do enfermeiro responsável pelo Polo Base Belém do Solimões de saúde indígena, produtos industrializados que passaram a fazer parte da dieta tikuna são os principais causadores de problemas de saúde que anteriormente não existiam, como diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, anemia, sobrepeso e desnutrição infantil, esta última associada em muitos casos a desmames precoces de recém-nascidos, com introdução de leite em pó industrializado ou compostos lácteos, sem as devidas recomendações e orientações de profissionais da saúde.

“ *Muitas das vezes, o paciente chega aqui e quando a gente bate o olho já sabe que é fome, que a doença que ele acha que tem é só fome. Aí ficam aqui dois, três dias internados. A gente serve o alimento, o que a gente come serve para eles. Isso acontece com muita frequência, quase todos os dias, para ser sincero. Vou fazer dez anos aqui e é uma constante.* ”

Enfermeiro do Dsei

Dados sistematizados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Alto Rio Solimões, referentes a indígenas da comunidade de Belém do Solimões, mostram que estavam sendo acompanhados pelos profissionais de saúde do polo 27 casos de crianças com baixo peso, estando nove em alerta vermelho, além de 12 idosos com desnutrição severa. Há registros também de 60 idosos hipertensos e quatro diabéticos.

Os dados mostram que estão mais vulneráveis à desnutrição e doenças decorrentes da má alimentação as crianças de 0 a 5 anos e os idosos. Em relação às crianças em idade escolar, o que se observa de forma mais frequente é o baixo peso. Segundo o profissional de saúde entrevistado, há na aldeia resistências

relacionadas aos diagnósticos, tratamentos e recomendações alimentares, o que tem contribuído para o agravamento da saúde de pacientes e consequentes óbitos. Por essa razão, o Dsei tem atuado na realização de oficinas sobre alimentação adequada e na formação de pajés e parteiras, de forma a permitir a combinação de conhecimentos tradicionais com a medicina convencional.

Os sistemas alimentares tradicionais, associados ao modo de ser indígena e baseados na produção e consumo de alimentos para a subsistência, vêm sendo drasticamente modificados pela diminuição territorial, decorrente do crescente adensamento e concentração populacional na aldeia de Belém do Solimões, e pela escassez da caça e da pesca. Os roçados estão cada vez mais distantes e há cada vez menos interesse das novas gerações em seguir com as atividades extrativistas e agrícolas. É também muito restrito o acesso a políticas públicas de assistência técnica e projetos de fomento para a produção de alimentos. Ainda assim, a produção para a subsistência segue como uma importante forma de acesso à alimentação, e a cultura alimentar tikuna segue viva, mesmo que convivendo com o aumento do consumo de produtos ultra-processados. Há na aldeia uma feira, onde são comercializados peixes, frutas, legumes, verduras, farinhas, dentre outros alimentos pescados, coletados e minimamente processados localmente.



3.2. Gestão da alimentação nas escolas municipais

Na aldeia há duas escolas municipais. A Escola Municipal Indígena (EMI) Eware Mowatcha oferece ensino fundamental do 1º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino, totalizando 676 alunos e 33 professores, dentre os quais 21 são professores indígenas. A EMI Ngetchutchu Ya Mecü possui 1.233 alunos e 52 professores, e funciona nos três turnos, inclusive com educação de jovens e adultos (EJA). A administração da alimentação escolar é responsabilidade do gestor de cada uma das escolas.

Para ambas as escolas, são planejadas quatro grandes entregas ao ano de alimentos não perecíveis, como arroz, feijão, macarrão, sal, temperos, suco, leite, café, biscoito e frango e carne moída congelados. Somente a partir de 2016, quando tiveram início as compras da agricultura familiar indígena, é que as escolas passaram a ser abastecidas com frutas, legumes e verduras, fornecidos pela Associação Mapana. Em 2022, foram realizadas apenas três entregas de alimentos frescos.

Em relação ao abastecimento de alimentos secos e congelados, o que se observa é que não há previsão e regularidade na periodicidade das entregas, que deveriam ser quadrienais, o que compromete o planejamento das refeições e a capacidade de assegurar alimentação escolar durante todos os dias letivos. A última entrega de alimentos de 2021, por exemplo, aconteceu a menos de dez dias do final do ano letivo, o que gerou falta de alimentos nos meses que precederam a entrega e sobra durante o período das férias escolares. Em anos anteriores foram feitas apenas três entregas anuais, com períodos de até três meses sem que houvesse alimentação na escola.

Durante a visita à aldeia, foi possível acompanhar uma das entregas anuais, que aconteceu com atraso de um mês. Observou-se que os alimentos são deixados pela equipe responsável pelo transporte fluvial na margem do rio, sem

que seja devidamente organizada a logística de transporte e supervisão até as duas escolas municipais. Cozinheiras, professores/as, alunos/as e moradores/as da aldeia ficam responsáveis por carregar os pacotes nas costas. Há, inclusive, o envolvimento de crianças nesse processo. Ainda que, na divisão social de trabalho dos indígenas Tikuna, participe toda a família, inclusive crianças e anciãos, isso não serve como justificativa para que não sejam asseguradas condições adequadas de transporte dos alimentos.

Nas cozinhas das escolas falta espaço físico, equipamentos e utensílios necessários para o armazenamento e preparo dos alimentos. Faltam pratos e talheres, e não há refeitório adequado para os estudantes. Na EMI Ngetchutchu Ya Mecü, observam-se condições precárias de saneamento básico e número insuficiente de *freezers* para o armazenamento de congelados. Na EMI Eware Mowatcha, chamam atenção relatos de acidente de trabalho decorrentes da má condição dos fogões. Ocasionalmente, as cozinheiras precisam preparar alimentos em fogão à lenha, por falta de gás de cozinha. É pequeno o número de cozinheiras para a grande quantidade de alunos em cada uma das escolas, o que gera grande sobrecarga, sob condições precárias de trabalho.



“ *Eu venho duas horas da madrugada para cortar frango, e para cortar cedo, porque é 8h30 para servir. A gente vai até 12h30. 13h nós saímos daqui. [...] O trabalho demora e é arriscado, porque não tem faca para cortar o frango, senão podia fazer um trabalho melhor.* ”

Cozinheira

As nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação (Semed) realizam visitas e atividades de educação alimentar e nutricional nas escolas de Belém do Solimões, em média, duas vezes ao ano. Em agosto de 2022, realizaram na aldeia teste de aceitabilidade e atividades de educação alimentar e nutricional (EAN), com foco na promoção da alimentação saudável e na redução do consumo de alimentos industrializados. Uma vez ao ano, as nutricionistas promovem na sede do município atividade de capacitação sobre higiene e manipulação dos alimentos, na qual participam todas as cozinheiras da alimentação escolar.

3.3. Quantidade e qualidade da alimentação escolar

Relatos de professores e professoras das escolas municipais de Belém do Solimões colhidos durante roda de conversa indicam que a alimentação escolar na aldeia é “insuficiente e incompleta”. Eles e elas percebem diferenças em relação às escolas da sede do município, onde a alimentação seria mais farta e saudável. Relatam, ainda, que muitos alunos têm a merenda como principal refeição, porque os pais passam o dia trabalhando fora, nas roças ou na pesca, e em muitos casos não conseguem alimentar a família. De acordo com esses profissionais, os alunos ficam “tristes e distraídos” quando falta alimentação na escola e com mais dificuldade de concentração e aprendizado.

Segundo as informações, os alimentos não perecíveis e congelados não são suficientes para cobrir o período planejado referente a cada uma das entregas. As carnes duram em média um mês, com oferta de porções individuais muito pequenas, e os demais alimentos vão acabando até que, durante alguns dias, chega a ser servido apenas mingau de arroz, enquanto em outros não há oferta de alimentos. Os alimentos *in natura*, entregues apenas três vezes ao ano, duram em média dez dias. Em ambas as escolas há falta de água, inclusive água para beber. São muitos os dias letivos em que os alunos não têm acesso a uma alimentação adequada e saudável e que as cozinheiras não encontram as condições necessárias de trabalho e produtos, para seguir os cardápios preparados pelas nutricionistas do município.

“ *Dá uma queda de participação quando não tem merenda. Nessa fase agora que teve entrega, a escola fica cheia, aí quando acaba o frango, e começa a acabar outras coisas, vai diminuindo.* ”

Gestor

“ *Se eu não almoçar direito, não consigo ficar até as 17h, eu fico com fome, agora imagina uma criança? Tem dia que nem tem água para tomar no bebedouro. Então muitas vezes quando acaba a comida, às vezes libera mais cedo, né? Então prejudica das duas formas, né? O aluno que fica triste porque não consegue aprender e porque tem que ir embora mais cedo com fome.* ”

Professor





“ *As crianças entram 13h, para sair 17h, elas vão comer o quê? Então elas recorrem a cheetos, a produtos industrializados que não fazem bem à saúde.* ”

Professora

A consequência prática é que há períodos em que, por falta de água e/ou de comida, o calendário das aulas é alterado e os estudantes retornam mais cedo para casa. Quando as aulas são mantidas, mesmo com alimentação precária, observa-se na porta das escolas o aumento do consumo de alimentos ultra-processados, como salgadinhos e *curite*⁶, vendidos na porta da escola.

6 Conhecido em outras regiões como geladinho ou sacolé – consiste em uma mistura saborizada e congelada em saquinhos individuais.

Na roda de conversa realizada com as mulheres associadas à Mapana, foram muitas as queixas relacionadas à qualidade e aceitação da alimentação escolar, seja no passado, antes da inclusão dos alimentos *in natura*, seja na atualidade. Tanto as mulheres mais jovens que frequentaram as escolas municipais da aldeia quanto as que têm seus filhos na escola atualmente relatam reclamações próprias e de seus filhos sobre o estranhamento de alimentos e preparações que não faziam parte dos hábitos alimentares tikuna, como era o caso do charque, da aveia, dos sucos industrializados e do leite em pó, que já foram retirados. Na atualidade, as mães se queixam da falta de alimentação em muitos dias letivos, de alimentos servidos sem o devido cozimento e da oferta em muitos dias seguidos de alimentos considerados “fracos”, a exemplo do mingau de arroz.





4. COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR INDÍGENA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO MAPANA

4.1. A Associação de Mulheres Indígenas – Mapana

O movimento indígena da região do Alto Solimões começa a lutar por demarcação de terras, saúde e educação no final dos anos 1970, o que levou, em 1982, à criação do Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), formado por caciques. A esse conselho se seguiu a formação de outras organizações, dentre as quais a Associação de Mulheres Indígenas Tikuna (Amit) em 1998, o que fortaleceu o papel das mulheres dentro do movimento indígena. Na esteira desses movimentos, em 2009, foi formada, na aldeia de Belém do Solimões, a Associação de Mulheres Indígenas – Mapana, que tem seu nome inspirado na cosmologia tikuna. Mapana foi a primeira mulher, esposa de Ngutapa, o pai criador dos Tikuna.


A Mapana foi formada a partir de uma assembleia em 2009, da qual participaram 30 mulheres indígenas. Desde o início, a associação contou com forte apoio do frade Paolo Braghini, da Paróquia São Francisco de Assis, localizada em Belém do Solimões, e com a liderança da indígena Adelina Fidelis Ramos,

que ainda hoje preside a associação. Em 2022, eram associadas à Mapana 200 pessoas, em sua grande maioria mulheres. A entidade possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, para além de 66 DAPs individuais das associadas, o que permite a formação de arranjos internos para comercialização aos programas de compras públicas.

A associação envolve as famílias a partir do trabalho coletivo, compreendido como uma forma de integração social e cultural que reforça laços de parentesco e relações de reciprocidade e que permite a geração de renda através da comercialização de produtos derivados da agricultura, coleta, pesca, corte e costura e artesanato.

Inicialmente a Mapana contou com apoio de uma cooperação italiana para financiamento de seus projetos e com a compra de seus produtos pela paróquia, até que em 2011 passou a ser apoiada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para acesso às políticas de compras públicas. Segundo relatos, naquela ocasião, instituições públicas, como o próprio Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam, que veio a se tornar um importante parceiro), ainda não reconheciam o potencial produtivo dos/as indígenas de Belém do Solimões.





“ E aí nós começamos a procurar projeto, até encontrar [o PAA] na Conab. E quando encontramos, perguntaram onde podia entregar o nosso produto. E aí eles disseram que pode ser em um polo [de saúde], pode ser doado e que pode ser na escola. E perguntaram qual é melhor para nós, para entregar. E as mães responderam que é melhor na escola, porque os próprios filhos delas podem comer o que tem para merendar. E todo mundo aceitou. E aí disseram, tem que ter DAP. Foi aí que a Funai levou no Idam. [...] Técnicos perguntaram para nós se tínhamos mesmo produto. E aí eu convidei, se realmente quer saber, então vamos lá na comunidade, porque por aqui ninguém sabe mesmo. Sem visita, a gente não sabe. E marcaram data e vieram. Encontraram tempo de melancia, aquele monte de melancia, eles viram, milho e outros alimentos. ”

Presidenta da associação

Em um primeiro momento, foram emitidas sete DAPs individuais e foi feito um primeiro projeto, em 2014-2015, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no valor total de R\$ 65.000. Cinco produtos (banana-pacovã, banana-maçã, macaxeira, melancia e abacaxi) foram comprados das associadas da Mapana e doados para a Escola Municipal Indígena (EMI) Eware Mowatcha, em Belém do Solimões. Em 2016-2017, 33 famílias venderam ao PAA um total de R\$ 256.608 em alimentos, ampliando a lista de alimentos ofertados.

4.2. Abastecimento de alimentos in natura para a alimentação escolar indígena

A experiência exitosa com o PAA fez com que as mulheres da Mapana buscassem outras formas de escoar sua produção. Com apoio da Funai, abriram diálogo com a prefeitura de Tabatinga. Em 2016, a associação participou do processo de chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, o que resultou em um primeiro contrato que previa a entrega de 12 tipos de alimentos às duas escolas municipais de Belém do Solimões, a EMI Eware Mowatcha e a EMI Ngetchutchu Ya Mecü.

Em 2017, passaram a entregar seus produtos via contrato com a prefeitura de Tabatinga no valor de R\$ 35.000. Em função dos resultados positivos, no ano seguinte o contrato foi ampliado para R\$ 563.153, e em 2019 ajustado para R\$ 620.000, passando a associação a abastecer 38 escolas. No ano de 2020, o valor contratual foi de R\$ 549.662, com as integrantes sendo um tanto prejudicadas por conta da pandemia de Covid-19, quando tiveram dificuldades em entregar e receber os pagamentos devidos. Já em 2021 o contrato foi inicialmente firmado em R\$ 633.948 (27 itens), tendo sofrido supressão de 46% nos valores em julho do mesmo ano, baixando para R\$ 388.476.

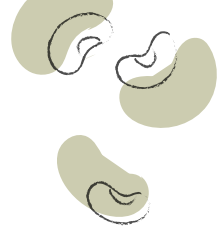
Em 2022, passaram a fornecer alimentos apenas para as 28 escolas mais próximas à aldeia, com um contrato no valor de R\$ 215.137, destacando-se que se tratou de uma chamada pública específica indígena – anteriormente era feita a divisão para escolas indígenas e não indígenas dentro da mesma chamada. Nos primeiros anos, eram feitas quatro entregas anuais, o que em 2022 se reduziu para três, sem nenhuma explicação clara.

Os produtos agrícolas fornecidos pela associação via contratos são banana-maçã, banana-pacovã, abacaxi, melancia, limão, maracujá, manga, macaxeira, maxixe, jerimum, milho, pepino, pimentão, tomate, verduras, feijão, farinha de mandioca e goma de tapioca. Todos esses itens fazem parte do cardápio alimentar tradicional.

A Mapana conta com o apoio de uma comprometida rede de parceiros, governamentais e não governamentais. Segundo a presidenta Adelina, “o nosso guia é a Funai e a paróquia”. A fundação federal oferece apoio em todo o processo, na divulgação e mobilização para a participação nos editais de chamada pública, na elaboração dos projetos de vendas e na mediação com os demais agentes públicos sempre que surgem entraves.

O Idam atua para que as agricultoras indígenas possam estar aptas a participar dos processos de chamada pública e emitir notas, o que consiste basicamente na inclusão no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e na emissão da Carteira do Agricultor, a partir de visita às áreas de produção. Apoiam também o processo de emissão das notas fiscais. Junto à Mapana, técnicos do Idam já realizaram atividades de formação para a melhoria do beneficiamento da mandioca e o plantio de banana e abacaxi, além de distribuição de *kits* de sementes de feijão, milho, frutíferas e hortaliças. Mais recentemente, apoiaram a elaboração do projeto que assegurou recursos, para a compra de transporte fluvial, do Fundo de Promoção Social do governo do estado do Amazonas. Segue abaixo relato da presidenta da Mapana sobre o processo interno de organização para as entregas:





“ Quando eu trago a guia lá de Tabatinga, eu chamo as agricultoras para uma reunião. E ela fala assim ‘Adelina, eu tenho um monte de abacaxi agora’, e eu olho e já está aqui o nome do abacaxi. E já pode entregar. E outra fala ‘Adelina, eu tenho farinha já, está guardada para isso’. E aí já levanta a mão. E aí ‘Adelina, eu tenho banana’, outra também. E lá de Igarapé já vieram perguntar: ‘Adelina, eu tenho esse produto daí, pode entregar?’; ‘Então tu podes trazer para cá’. Assim vamos comunicando na reunião. Isso, quando já está aqui na minha mão, a guia. Eu digo, segunda-feira vocês podem trazer para cá, porque segunda-feira tem que entregar mesmo na escola, para poder o aluno comer. E domingo vocês não podem trazer, porque tem que descansar. E sexta-feira você nem pensa em entregar porque pode estragar [...]. Quando nós combinamos, ela pergunta: ‘Quantos dias vão nos esperar?’, porque ela vai carregar da roça dela e depois tem que trazer para cá. De lá da comunidade, ela mesmo já traz. Junta tudo na associação. Nós já pegamos o que está na guia, 20 quilos [kg] naquela escola, 15 kg tal escola, 9 kg, 2 kg, 5 kg, assim vai. E nós já pesamos lá naquela balança que está aí. Nós pesamos e divide tudinho que nós temos. [...] A farinha é toda por quilo, empacotada. Nós colocamos tudinho e dividimos por colégio. E já marca para sair, quando está completando aqui, Porto Bom, Socorro, até São Jerônimo, tem que sair canoa para deixar. ”



Presidenta da associação

No último ano, a Mapana começou a experimentar a instalação de núcleos de distribuição, com o objetivo de simplificar as entregas e reduzir as distâncias percorridas. Já foram criados três núcleos, com associadas responsáveis, balanças e sistemas de controle próprios, nas comunidades de Nova Jerusalém, Estrela da Paz e Nova Extrema.

No caso das duas escolas municipais maiores, localizadas em Belém do Solimões, as entregas de alimentos referentes a cada uma das guias, segundo a presidenta da associação, “é de pouquinho em pouquinho, até completar o valor da guia”. Nas escolas menores e mais distantes, os alimentos são entregues de uma só vez, ou seja, são realizadas apenas três entregas anuais. Os gestores das escolas assinam as guias, e quando tudo o que foi pedido é entregue, as guias assinadas são levadas para a Secretaria Municipal de Educação (Semed). É, então, feito o pagamento em nome da associação, sendo posteriormente distribuído às agricultoras e agricultores.

As guias, emitidas cada vez que a Semed faz um pedido de entrega, nem sempre seguem o calendário da safra e de entrega, tal qual previsto nos contratos, o que compromete o planejamento das entregas por parte da Mapana. Muitas vezes as guias são enviadas com atraso em relação ao planejado.

“*No contrato vem certinho, só que na hora de entregar a guia para nós, é que não é já mais assim. [...] Porque quem está fazendo a roça sabe o que está plantando, qual que tem lá, qual mês que está lá. Então manga, manga também entrou, porque nós temos muita manga e sobra muito. Mas se vocês mandaram na guia o nome da manga, para meio de junho, antes de novembro, não tem.*”

Presidenta da associação

Há reclamações feitas por parte de membros da comunidade escolar sobre a pouca quantidade ou baixa qualidade dos alimentos fornecidos pela Mapana. Boa parte delas deve-se à ausência de diálogo entre as partes e à desinformação sobre os acordos estabelecidos em contratos, em termos de calendários e quantidades, e sobre atrasos de pedidos. Em 2022, a chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar indígena ocorreu com atraso e, com isso, o contrato de fornecimento com a Mapana foi assinado apenas em abril, sendo reduzido de quatro para três o número de entregas anuais. A primeira entrega ocorreu em junho, o que resultou em um primeiro semestre em que estudantes praticamente não tiveram acesso a alimentos *in natura*. As entregas seguintes estavam previstas para acontecer em agosto e novembro.

Uma das principais controvérsias observadas a partir das entrevistas diz respeito à aplicação da metodologia de definição dos preços dos alimentos que vão compor os editais, dado os diferenciados custos logísticos. Em 2022, os preços para a chamada pública foram definidos com base em um levantamento que considerou mais os preços de Umariaçu, aldeia muito próxima à sede do município com acesso terrestre, do que os de Belém do Solimões. A consequência é que os valores ficaram muito baixos para comportar o alto custo logístico das operações da Mapana. Em anos passados, a Funai e a prefeitura aportavam recursos para custear a gasolina, o que já não acontece mais.

Outra controvérsia que tem impedido a inclusão de alimentos tradicionais diz respeito aos diferentes entendimentos dos vários atores envolvidos sobre o que é possível comprar a partir das determinações da Nota Técnica (NT) 1/2017/Adaf/SFA-AM/MPF-AM. Em 2020, teve início um projeto de criação de galinhas, com apoio financeiro da cooperação técnica italiana e apoio técnico do Idam. A proposta da Mapana é que as galinhas caipiras, produzidas por famílias associadas, possam ser vendidas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), bem como o pescado, porém falta ainda um entendimento comum e o estabelecimento de acordos sobre os procedimentos necessários para assegurar praticidade no preparo e segurança sanitária, dentro dos limites e

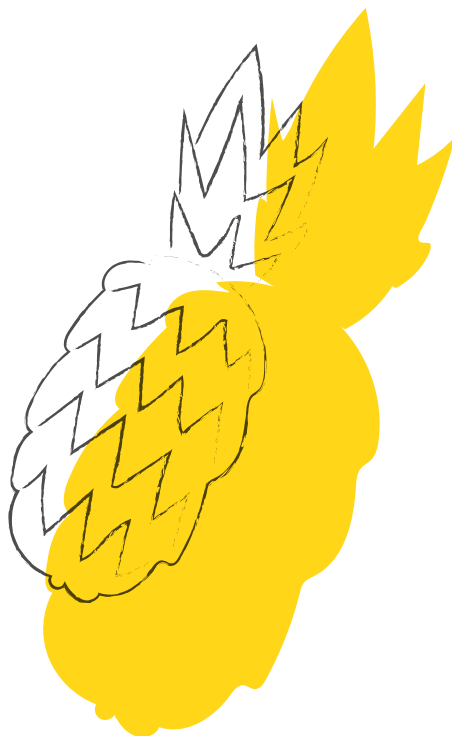
possibilidades estabelecidos na NT. O mesmo se aplica para o vinho de açai e a polpa de cupuaçu e de outras frutas nativas. Está também em andamento um projeto para a produção de açai em pó, que pode vir a se tornar um produto para a alimentação escolar.

4.3. Renda e autonomia para as mulheres tikuna

Parte das atividades de campo consistiu na realização de uma roda de conversa com aproximadamente 40 mulheres indígenas da Mapana, que fornecem alimentos ao Pnae. As reuniões da associação são momentos de encontro, conversa e tomada de decisões, momentos marcados por alegria e otimismo. Desde a formação da entidade, observa-se um visível empoderamento das mulheres indígenas, que têm ganhado visibilidade e respeito, dentro e fora da aldeia, afetando assim o monopólio de poder anteriormente restrito à figura do cacique e lideranças masculinas. Na Mapana, existem viúvas que contam com apoio de outras mulheres ou de seus filhos e netos, mulheres que são as principais provedoras de suas famílias, casais jovens recentes, idosas, mulheres que trabalham juntamente com seus esposos, dividindo o trabalho de forma equilibrada e interdependente para garantia do regime de economia familiar, e há quem trabalhe sozinha em seus roçados ou na confecção de artesanatos e roupas.

As mulheres relatam melhora na qualidade de vida e valorizam muito o fato de filhos(as) e netos(as) estarem se interessando pela atividade agrícola por conta do mercado que se abre com a alimentação escolar, como uma forma de geração de renda e de segurança alimentar e nutricional. O que se observa é que fazer parte da organização propicia maior autonomia às mulheres e um estímulo para que as novas gerações deem continuidade ao trabalho na roça, a partir da transmissão de conhecimento e manutenção das relações de reciprocidades entre as associadas e demais membros da aldeia.

As mulheres associadas possuem grande capacidade de cultivar roçados com uma diversidade de produtos suficiente para suprir a necessidade de suas famílias e fornecer ao Pnae. Elas plantam tanto na área de várzea como em terra firme, de acordo com a sazonalidade regional. Nos últimos anos passaram a contar com embarcação própria, mas sentem falta de maior assistência técnica, insumos e utensílios para o trabalho.



5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Em primeiro lugar cabe reconhecer o trabalho que vem sendo desempenhado pelos vários atores, governamentais e não governamentais, engajados em fazer acontecer, no município de Tabatinga, a regionalização da alimentação escolar, a redução da oferta de produtos ultraprocessados e as compras diretas da agricultura familiar indígena. Não há dúvidas quanto ao enorme desafio que é implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em terras indígenas e sob condições logísticas fluviais desafiadoras. Sobretudo, é preciso reconhecer e valorizar os grandiosos esforços empreendidos e a complexidade envolvida no abastecimento de alimentos saudáveis às escolas indígenas localizadas na calha do Rio Solimões e de seus afluentes, feito pelas mulheres tikuna da Associação Mapana.

Um dos elementos fundamentais para o bom funcionamento das compras públicas da agricultura familiar indígena em Tabatinga são as relações de confiança estabelecidas entre os vários atores envolvidos, que servem como motivação e rede de apoio, para que a experiência possa se sustentar e aperfeiçoar ao longo do tempo. Estabelecer relações comerciais com o Estado, fazer funcionar uma associação, lidar com a burocracia e seus tempos, negociar com

gestores públicos são grandes novidades para as mulheres indígenas, parte importante de um processo de transformação de dinâmicas socioculturais relacionadas às formas de acesso à alimentação e ao mercado. As agricultoras e agricultores indígenas, por exemplo, têm o costume de trocar ou vender seus produtos de forma direta ou em feiras e de receber de imediato o pagamento, sem exigências burocráticas ou tempo de espera. Mudanças relativas a novas formas de relação com o mercado geram estranhamento e tempo de adaptação, ao tempo que propiciam empoderamento e autonomia, transmissão intergeracional de saberes agroecológicos e de estratégias de soberania e segurança alimentar e nutricional.

“ *Nossa cultura, nosso costume é muito diferente da cidade. Eles têm que respeitar também, assim, o nosso viver, né? Como é que nós vivemos, entendeu? Se ele colocar o jeito que ele vive lá na cidade, nós nunca vamos acertar, combinar. Então às vezes vai ter problema. Então para melhorar tudo isso ele tem que entender. Se nós temos isso, aí nós não vamos, claro que ninguém vai jogar as coisas que não prestam, que ninguém vai comer mesmo, entendeu? São nossos filhos.* ”



Presidenta da Associação Mapana

As redes e relações de confiança que se estabelecem para dar sustentação a esses novos arranjos de compras públicas de alimentos se fragilizam cada vez que um acordo contratual é quebrado sem a devida explicação e transparência, como já ocorreu na relação entre a Mapana e a prefeitura de Tabatinga. Mais ainda, quando há incertezas e longas demoras no pagamento aos agricultores indígenas, como aconteceu em um edital referente a todo o estado do Amazonas.

No caso da Mapana, exigências burocráticas fizeram com que atrasasse em mais de dois anos o pagamento de aproximadamente R\$ 150.000, referente a venda de alimentos para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), gerando um clima de insegurança e desconfiança entre as associadas. É, portanto, necessário o permanente diálogo, a transparência, o cumprimento dos acordos e o planejamento integrado por parte dos vários atores envolvidos, de modo que a rede possa se complementar e fortalecer, buscando a devida flexibilidade para adaptar o Pnae às especificidades amazônicas e dos povos indígenas.

Em se tratando de uma das primeiras iniciativas de compras institucionais de povos indígenas, há também muito a se aprender com a experiência do município de Tabatinga. Dois princípios na constituição destes novos arranjos de compras públicas da agricultura familiar são a proximidade e a perspectiva do autoconsumo familiar. As diretrizes que orientam o Pnae, somadas ao acúmulo advindo das notas técnicas ligadas ao Ministério Público Federal (MPF), indicam que os alimentos adquiridos sejam prioritariamente destinados ao abastecimento das escolas de uma mesma aldeia ou comunidade. Ao se referir a autoconsumo familiar, a Nota Técnica (NT) 1/2017/Adaf/SFA-AM/MPF-AM, menciona “a produção de alimentos por vínculos de proximidade, parentesco, que são diversos conforme as culturas em questão, mas a ideia central é o alimento ser produzido em contexto familiar e voltado para o consumo no mesmo contexto”. Não há impeditivos legais para que uma associação indígena forneça alimentos *in natura* a outras escolas, sobretudo quando existe excedente de produção e as escolas da própria comunidade já estão suficientemente abastecidas.

Nesse sentido, e considerando que as necessidades de abastecimento de alimentos *in natura* das escolas de Belém do Solimões e das demais 29 escolas indígenas da região ainda estão longe de serem atendidas, foi acertada a decisão de direcionar os alimentos adquiridos da Mapana exclusivamente para essas comunidades. Segue como desafio aperfeiçoar o planejamento e a logística,

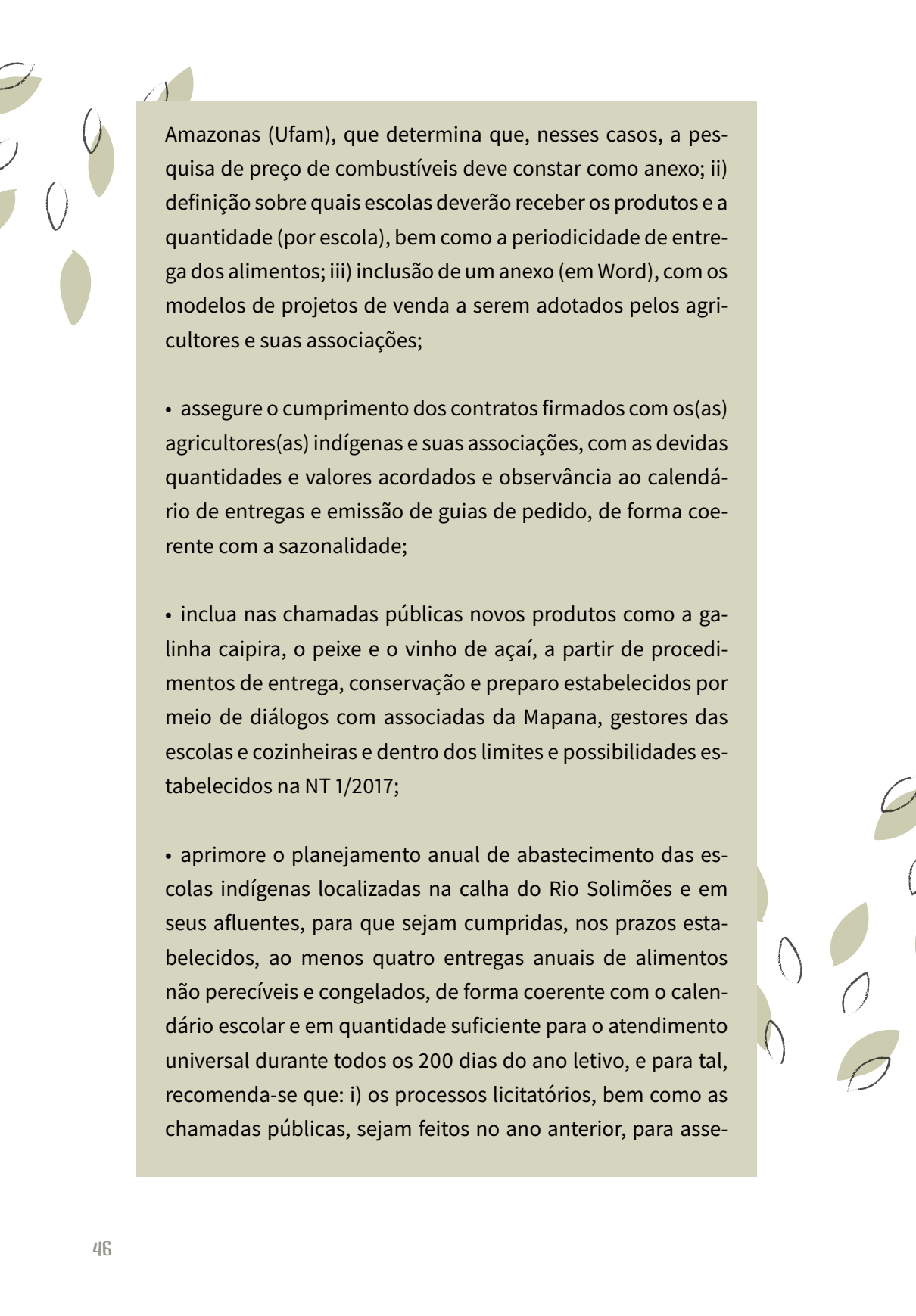
de forma que os circuitos de abastecimento da entidade sejam cada vez mais encurtados, a partir de estratégias como os núcleos de distribuição que já estão sendo experimentados. De todos os modos é preciso que se estabeleça uma metodologia de formação de preços para os editais de chamada pública, capaz de dar conta das diferentes realidades e de incorporar de forma justa os custos logísticos, que não devem ser absorvidos pela associação. É preciso também uma ação proativa por parte do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável (Idam) para a emissão de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), o que pode vir a se tornar um gargalo para as compras institucionais em todo o país, dadas as novas regras que dificultam ainda mais a emissão e renovação desse certificado.

É preciso reconhecer o limitado orçamento destinado ao Pnae por parte da prefeitura de Tabatinga diante do enorme desafio que é assegurar o direito universal à alimentação e nutrição adequadas aos povos indígenas do município. O Pnae é a principal estratégia para fazer chegar uma alimentação saudável e adequada, em especial às crianças e adolescentes, em um momento preocupante de transição e insegurança alimentar e nutricional. É importante que a alimentação escolar de qualidade seja assegurada durante todos os 200 dias do ano letivo, com a devida quantidade, diversidade e qualidade, e com atendimento às diretrizes da Resolução 6/2020 do FNDE. O que pudemos observar a partir do trabalho de campo é que, apesar dos esforços, o direito universal à alimentação escolar ainda não está acontecendo nas escolas municipais de Belém do Solimões, ao longo de boa parte do ano letivo falta comida no prato das crianças.

Reverter iniquidades estruturais no acesso à alimentação e a políticas públicas é uma forma de enfrentar o racismo estrutural e assegurar direitos que historicamente vêm sendo negados aos povos indígenas. Nesse sentido, propomos algumas recomendações elaboradas com base no que observamos no trabalho de campo.

QUE A PREFEITURA DE TABATINGA:

- destine orçamento municipal à compra de alimentos para a alimentação escolar indígena, complementando os recursos disponibilizados pelo governo federal, de forma a aumentar a quantidade e qualidade da alimentação e assegurar o direito à alimentação escolar, e, para isso, crie no orçamento municipal uma rubrica orçamentária específica para a alimentação escolar, com dotação anual suficiente para assegurar o atendimento universal de qualidade ao longo de todo o período escolar a todos os estudantes da rede pública;
- amplie, de forma progressiva, os recursos destinados às compras públicas da agricultura familiar indígena para além do percentual mínimo de 30% estabelecido em lei, de forma a ampliar a oferta de frutas, legumes e verduras, para cumprir com as orientações da Resolução FNDE 6/2020, que estabelece que, em unidades de período parcial, os cardápios devem ofertar, obrigatoriamente, no mínimo 280 g/estudante/semana de frutas *in natura*, legumes e verduras e um mínimo de dez alimentos *in natura* ou minimamente processados por semana;
- realize chamadas públicas diferenciadas para os produtores indígenas, considerando: i) adoção de metodologia de formação de preço que seja capaz de incorporar os gastos logísticos de transporte fluvial referentes à entrega dos alimentos nas escolas indígenas da calha do Rio Solimões e seus afluentes, tal qual orientado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecane) da Universidade Federal do



Amazonas (Ufam), que determina que, nesses casos, a pesquisa de preço de combustíveis deve constar como anexo; ii) definição sobre quais escolas deverão receber os produtos e a quantidade (por escola), bem como a periodicidade de entrega dos alimentos; iii) inclusão de um anexo (em Word), com os modelos de projetos de venda a serem adotados pelos agricultores e suas associações;

- assegure o cumprimento dos contratos firmados com os(as) agricultores(as) indígenas e suas associações, com as devidas quantidades e valores acordados e observância ao calendário de entregas e emissão de guias de pedido, de forma coerente com a sazonalidade;

- inclua nas chamadas públicas novos produtos como a galinha caipira, o peixe e o vinho de açaí, a partir de procedimentos de entrega, conservação e preparo estabelecidos por meio de diálogos com associadas da Mapana, gestores das escolas e cozinheiras e dentro dos limites e possibilidades estabelecidos na NT 1/2017;

- aprimore o planejamento anual de abastecimento das escolas indígenas localizadas na calha do Rio Solimões e em seus afluentes, para que sejam cumpridas, nos prazos estabelecidos, ao menos quatro entregas anuais de alimentos não perecíveis e congelados, de forma coerente com o calendário escolar e em quantidade suficiente para o atendimento universal durante todos os 200 dias do ano letivo, e para tal, recomenda-se que: i) os processos licitatórios, bem como as chamadas públicas, sejam feitos no ano anterior, para asse-


gurar as primeiras entregas antes do início do ano letivo e ii) sejam determinados procedimentos de supervisão e asseguradas as condições necessárias de transporte dos alimentos do barco às escolas, com a disponibilização de veículos (não motorizados), de forma que esse processo seja facilitado e que não haja o envolvimento de crianças;

- defina procedimentos para o fluxo de entrega e preparo dos alimentos *in natura*, a partir de diálogo com gestores, cozinheiras e associadas da Mapana, a fim de gerar acordos e procedimentos padrões que permitam o melhor aproveitamento, a qualidade sanitária e a adequação dos cardápios, respeitando a sazonalidade e a cultura alimentar tikuna;
- promova periodicamente reuniões de monitoramento e planejamento com a participação de todos os agentes públicos envolvidos com a alimentação escolar indígena no município de Tabatinga, com destaque para a Funai e o Idam, e a participação de lideranças indígenas, de forma a gerar melhores sinergias e intersetorialidade;
- assegure acesso à água potável e saneamento básico em todas as escolas municipais indígenas;
- reforme e equipe devidamente as cozinhas das escolas indígenas, de forma a assegurar as condições físicas e sanitárias necessárias para a oferta da alimentação adequada e a segurança de trabalho das cozinheiras, com especial atenção para que todas as escolas possam contar com *freezers* suficientes para o armazenamento das proteínas animais e produtos congelados;

- amplie o contingente de cozinheiras nas escolas indígenas de Belém do Solimões, de forma a superar a sobrecarga de trabalho, assegure um número maior de visitas da nutricionista às escolas da aldeia ao longo do ano, para orientações presenciais e monitoramento das preparações culinárias, e custeie o transporte fluvial para que as cozinheiras possam participar das atividades anuais de formação;
- assegure ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) plenas condições de funcionamento, com disponibilização de transporte fluvial para atividades de monitoramento em todas as escolas indígenas e a devida transparência em relação ao orçamento e procedimentos de compras públicas;
- assegure a participação no CAE de ao menos dois representantes indígenas das aldeias de Umariçu e de Belém do Solimões que tenham participação na alimentação regionalizada;
- incorpore de forma central em seu projeto político-pedagógico intercultural o tema dos sistemas alimentares e da cultura alimentar tikuna, a partir de temas geradores que podem perpassar as diversas disciplinas, incluindo no currículo escolar atividades de educação alimentar e nutricional, considerando que esses processos educacionais devem orientar os estudantes a reconhecer os elos entre as formas de produção dos alimentos, os hábitos alimentares e a saúde; e
- forneça insumos e instrumentos agrícolas às agricultoras indígenas da Mapana.

QUE A COORDENAÇÃO REGIONAL ALTO SOLIMÕES DA FUNAI:



- elabore diretrizes para uma estratégia regional de atuação voltada para a promoção da economia da sociobiodiversidade, com destaque para articulação interinstitucional e inter-setorial foco na facilitação do acesso às políticas de compras institucionais e a devida alocação de funcionários dedicados a essas atividades;
- promova processos formativos de indígenas e de servidores (tanto da Funai como de outras instituições que fazem parte da rede de apoio) de forma a qualificar o acesso ao Pnae e o tratamento institucional claro e transparente ao receberem (ou recepcionarem) as demandas indígenas relacionadas à produção sustentável, prioritariamente de base agroecológica, com atenção ao acesso diferenciado dos povos indígenas ao Pnae e outras políticas;
- promova troca de experiências municipais de regionalização da alimentação escolar e implementação de compras institucionais de povos indígenas na região do Alto Solimões;
- atue na mediação e promoção do diálogo entre os atores envolvidos, facilitando: i) o debate para um entendimento comum sobre os limites e possibilidades da NT 1/2017; ii) diálogos na aldeia de Belém do Solimões, com a participação da Secretaria Municipal de Educação (Seduc), a paróquia, lideranças indígenas, comunidade escolar e a Mapana, de forma



a dar mais transparência ao processo das compras públicas e superar ruídos que prejudiquem a imagem da associação;

- promova ações de fortalecimento dos processos educativos voltados para a alimentação saudável, em parceria com a equipe de profissionais da saúde indígena.

QUE O IDAM:


- 
- atue de forma proativa na emissão dos CAFs, com prioridade para a transição das DAPs institucionais, orientando as agricultoras e agricultores na adaptação às novas exigências;
 - assegure serviços continuados de assistência técnica e extensão rural (Ater), de base agroecológica, de forma adequada aos modos tradicionais de cultivo dos povos Tikuna;
 - destine vagas dos programas de compras públicas disponibilizadas pelo governo do estado do Amazonas a agricultores familiares, de modo que possam ser incubadas experiências piloto para o fornecimento ao Pnae; e
 - apoie agricultores e agricultoras indígenas em processos de associativismo e aperfeiçoamento da gestão e no acesso a programas de incentivo e fundos públicos que permitam o aprimoramento de suas associações e atividades agropecuárias e extrativistas.
- 

QUE O GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS:


- inclua alimentos da sociobiodiversidade no sistema de emissão das notas fiscais; e
- avalie a implementação do Pnae pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) a fim de melhorar a execução da política e garantir a participação indígena nas chamadas públicas, para que não haja desestímulo por conta de problemas nos processos de compras, entregas e pagamentos aos indígenas envolvidos.


QUE AS ESCOLAS MUNICIPAIS DA ALDEIA DE BELÉM DO SOLIMÕES:

- mantenham organizados arquivos com as guias de entrega e, a partir deles, elaborem relatórios semestrais para a Semed com registros referentes à disponibilidade de alimentos ao longo do ano letivo e à falta de alimentos para assegurar o atendimento universal ao longo dos 200 dias letivos;
- estabeleçam planejamentos conjuntos com a Mapana e as cozinheiras relativos aos procedimentos e datas de entrega dos alimentos *in natura*, de modo que as cozinheiras possam organizar suas atividades e adaptar os cardápios;

- 
- viabilizem a manutenção permanente das cozinhas, assegurando o bom funcionamento dos fogões e demais equipamentos, de forma a assegurar condições adequadas e seguras de trabalho, além da compra de gás, de forma a evitar a cocção de alimentos à lenha;
 - planejem e supervisionem as entregas trimestrais dos alimentos não perecíveis, com a disponibilização de veículos (não motorizados), de forma a assegurar as condições sanitárias e o não envolvimento de crianças; e
 - planejem e implementem atividades de educação alimentar e nutricional, que alertem para os riscos de saúde associados ao consumo de alimentos ultraprocessados, em parceria com profissionais de saúde e nutrição do distrito sanitário especial indígena (Dsei) – sugere-se, nessas atividades conjuntas com os agentes de saúde indígena realizadas nas escolas, a participação das famílias dos estudantes e de toda a comunidade escolar.

QUE A MAPANA:

- 
- avance na implementação dos núcleos de entrega, visando encurtar os circuitos de abastecimento, de forma que os alimentos sejam produzidos por agricultoras/es e consumidos por estudantes de uma mesma comunidade, estratégia esta

que visa também assegurar alimentos mais frescos nas escolas e a redução dos custos de transporte fluvial, e, para tal, capacite as associadas para que possam se responsabilizar e gerir os núcleos de entrega;

- crie um banco de sementes crioulas e dinâmicas de trocas de sementes, como forma de assegurar autonomia e soberania alimentar; e

- busque apoio para capacitar as associadas sobre aspectos de gestão e comunicação, de forma a gerar maior compartilhamento de responsabilidades e o engajamento dos/as mais jovens.





REFERÊNCIAS

ADAF; MAPA; MPF. **Nota técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/ MPF-AM.** Nota técnica sobre o posicionamento da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – Adaf, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas – SFA/AM e do Ministério Público Federal/ AM/5o Ofício, no que tange aos aspectos legais para a comercialização de produtos de Origem Animal e dos Vegetais e suas partes no Estado do Amazonas para os povos indígenas. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/nota-tecnica-merenda-escolar-indigena/at_download/file.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.

FNDE. **Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>.

HÜTTNER, É. **A igreja católica e os povos indígenas do Brasil:** os Ticuna da Amazônia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

IBGE. Tabatinga (AM). In: **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/tabatinga.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MAPA. **Guia prático**: alimentação escolar indígena e de comunidades tradicionais. Brasília: Mapa, 2020. (Série Agricultura familiar: boas práticas replicáveis de comercialização de produtos da sociobiodiversidade e agroecologia). Disponível em: <https://bit.ly/guiapraticoMapa>.

MPF. **Nota técnica nº 3/2020/6ªCCR, de 1º de abril de 2020**. Tem o escopo de discorrer sobre os serviços de inspeção sanitária incidentes sobre a comercialização e consumo de alimentos produzidos pelos povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/publicacoes/nota-tecnica/2020/nota-tecnica-no-3-2020-6ccr-mpf.pdf>.

MS. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. 1. reimpr. Brasília: MS, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.

NIMUENDAJÚ, C. Os índios Ticuna. (Relatório apresentado ao SPI/Amazonas, 1929). In: NIMUENDAJÚ, C. **Textos indigenistas**: relatórios, monografias, cartas. São Paulo: Loyola, 1982.

OLIVEIRA, J. P. **Regime tutelar e faccionalismo**. Política e religião em uma reserva Ticuna. Manaus: UEA Edições, 2015. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/02-regime-tutelar-e-faccionalismo-politica-e-religiao-em-uma-reserva-ticuna/>

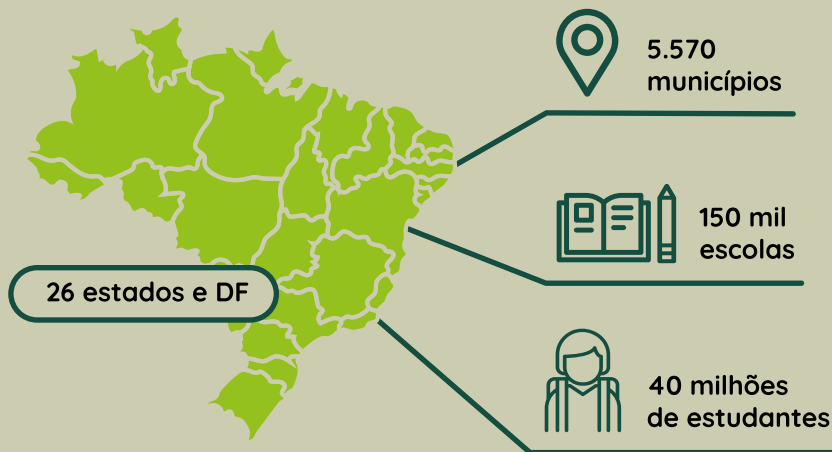
OLIVEIRA, R. C. **O índio e o mundo dos brancos**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.



O PNAE EM FATOS E NÚMEROS:

O TAMANHO E A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Universal ...



Está presente em todo o território nacional e atende a toda a rede pública de educação básica. Implementa um direito, reconhecido na Constituição, de toda e todo aluno da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, além da educação de jovens e adultos.

... e gigante.



Pnae: um dos maiores do mundo



R\$ 4 bilhões/ano*



50 milhões de refeições/dia



80 mil conselheiros/as



8 mil nutricionistas

Esse esquema movimenta um orçamento público bilionário, disputado por interesses particulares, e envolve uma logística e uma governança (conjunto de responsabilidades) complexas.

Os municípios têm autonomia para definir o cardápio e as compras de alimentos. Para fazer isso em acordo com as diretrizes do Pnae, cada entidade executora deve contar com nutricionista (responsável técnica/o).

*Para 2023, após intensa mobilização da sociedade civil, o Congresso Nacional aprovou reajuste para R\$ 5,5 bilhões (o primeiro desde 2017).



Do uso racional do dinheiro que vem dos nossos impostos à promoção da soberania alimentar, o Pnae é uma política que amarra muitas pontas com impactos positivos para diferentes segmentos e para a sociedade como um todo.

Os mais evidentes são o combate à fome e a promoção de uma alimentação adequada, mas também tem a melhora no processo de ensino-aprendizagem; o apoio à agricultura familiar (com prioridade para indígenas, povos e comunidades tradicionais e assentados/as); o impulso ao desenvolvimento local; e o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização e consumo.

Zelar pela alimentação escolar adequada é a função dos conselhos de Alimentação Escolar (CAEs).

Trata-se de órgãos colegiados que fiscalizam os recursos públicos, deliberam e assessoram as secretarias de Educação, no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Cada CAE se compõe por, no mínimo, sete membros titulares e seus suplentes – representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, integrantes de entidades civis e mães, pais e outros responsáveis de alunos. Essas pessoas exercem um trabalho voluntário de controle social e participação.

O acompanhamento do Pnae também é o foco de um movimento social forte em várias cidades e estados.



Imagem: Mariana Henrique

SISTEMAS ALIMENTARES E DESIGUALDADES EM FOCO

O estudo de caso do qual este livreto faz parte integra o projeto **“Equidade e saúde nos sistemas alimentares”**. Com ele, a FIAN Brasil busca contribuir para o entendimento dos impactos de todas as etapas do processo alimentar – como produção, comercialização, consumo – nas desigualdades (e vice-versa) no Brasil, bem como para seu enfrentamento.

A ideia é que o conhecimento produzido embase estratégias para incidir nas compras públicas, aquelas realizadas por organizações do Estado. O chamado mercado institucional movimenta um orçamento bilionário e pode dar lastro a uma série de políticas – por exemplo, adquirindo a produção agrícola de segmentos sociais mais vulnerabilizados, como indígenas, quilombolas e assentados/as.

A atuação se dá em conjunto com um grupo de entidades – ACT Promoção da Saúde, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Instituto Desiderata e Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens/USP) – com apoio da Global Health Advocacy Incubator (GHAi). Outras parcerias foram estabelecidas ao longo do processo.

O projeto inclui um mapeamento das iniquidades nos sistemas alimentares, com um olhar específico para as dimensões de raça/cor, gênero e renda. Os dois estudos de caso – além de Tabatinga, a equipe

fez trabalho de campo em Caarapó (MS) – buscaram aprofundar a compreensão dos dilemas, soluções e barreiras enfrentadas pelas comunidades. Cada realidade local estará retratada num minidocumentário a ser lançado no começo de 2023.

A equipe participou também da elaboração de documentos políticos coletivos buscando a adesão de candidatos e candidatas à plataforma da comida de verdade, baseada na agricultura familiar, na agroecologia, no comércio justo e nos alimentos frescos. Outras frentes têm sido a incidência no Congresso Nacional e a produção de conteúdos de comunicação.

Esta iniciativa mantém a especial atenção ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que em 2021 foi o foco do projeto “Crescer e aprender com comida de verdade”. Num contexto de retrocesso na garantia de direitos e aumento da fome, a FIAN Brasil viu como algo urgente e fundamental a realização de ações de exigibilidade para fortalecimento do Pnae, especialmente das compras públicas da agricultura familiar no ambiente escolar.

Outra dimensão consiste em aprofundar as análises relacionadas ao assunto, sobretudo no que diz respeito à alimentação escolar indígena, considerando que essa segue como uma política central na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana). “Pretendemos ajudar a construir caminhos para que essa população possa, de fato, não só comercializar o que é produzido localmente, mas inserir esses alimentos no cardápio escolar. A soberania e segurança alimentar e nutricional passa necessariamente pelo respeito à cultura e aos hábitos alimentares locais”, explica a coordenadora do projeto, Gabriele Carvalho.



FIAN
BRASIL

A FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas atua há duas décadas com a vida e a dignidade humana como norte. É uma seção da FIAN Internacional, presente em mais de 50 países.

SIGA COM A GENTE NESTA CAMINHADA!

fianbrasil.org.br

× □ –

Inscreva-se no nosso canal!
youtube.com/FIANBrasil

Baixe e leia de graça!
fianbrasil.org.br/biblioteca

× □ –

Siga a gente!
facebook.com/FIANnoBrasil
instagram.com/fianbrasil



O **Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ)** monitora a execução dessa política pública e conta tudo em artigos, publicações, notas técnicas e reportagens.

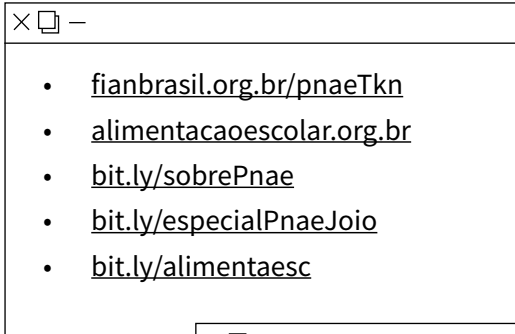
Siga de olho no Pnae!

facebook.com/observatorioalimentacaoescolar

instagram.com/observatorioalimentacaoescolar

PARA SABER MAIS

sobre o Pnae, o Dhana e a luta indígena – e sobre agricultura familiar, agroecologia e soberania e segurança alimentar e nutricional –, **ACESSE:**



A adequação das refeições escolares em terras e escolas indígenas é um dos desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que tem entre suas diretrizes o respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis, somado à regionalização dos cardápios e à prioridade para as compras de alimentos produzidos por agricultores indígenas.

Com o objetivo de contribuir com essa pauta, a equipe da FIAN Brasil esteve no Amazonas – na cidade de Tabatinga e na comunidade de Belém do Solimões, parte da Terra Indígena Eware 1 – em agosto de 2022.

Entrevistamos integrantes dos governos municipal, estadual e federal, além de gestores e cozinheiras das escolas da aldeia. Foram também realizadas rodas de conversa com agricultoras indígenas da Associação Mapana e com professores/as.

Este livreto documenta a realidade constatada no trabalho de campo e faz recomendações aos atores envolvidos. Aqui são apresentados, ainda, os marcos legais que orientam as políticas ligadas ao tema.

A publicação resulta da iniciativa “Equidade e saúde nos sistemas alimentares”, conduzida pela FIAN. A coleção do projeto inclui mais três materiais sobre o AM: um mapeamento da agricultura familiar indígena em Belém do Solimões, propostas para o poder público e um minidocumentário. Todos estão no nosso *site*.

fianbrasil.org.br



FIAN
BRASIL

Apoio:

**Global Health
Advocacy Incubator**

